

ABERTURA

Exercer ou não o comércio é uma decisão que, em regra, não depende de autorização alheia. A liberdade de comércio constitui atualmente uma das traves-mestras das economias de mercado.

Liberdade de comércio não equivale a ausência de normas jurídicas reguladoras da atividade económica. Através da regulação jurídica da economia, o Estado e os poderes públicos traçam limites, condicionam ou incentivam os agentes económicos.

A ninguém aproveita o desconhecimento da lei. Aos empreendedores, gestores de empresas, auditores, contabilistas certificados, titulares de órgão de fiscalização, secretários da sociedade, profissionais com responsabilidades em matéria de relações com os investidores, responsáveis pelos sistemas de *compliance*, é exigível que cumpram as regras jurídicas pertinentes ao ofício de cada um.

Este manual ambiciona condensar as noções fundamentais de direito comercial e de direito das sociedades comerciais relevantes para a tomada de decisões legalmente informadas em cada uma daquelas profissões.

Retomam-se os temas clássicos daquelas disciplinas jurídicas – atos de comércio, comerciantes, empresas e sociedades comerciais. Simultaneamente, chamam-se ao texto temas e expressões segregadas pela incessante inovação do mundo empresarial. Procura-se revelar o sentido jurídico-comercial ou jurídico-societário de tais expressões ou temas, de modo a permitir quer o conhecimento da abstrata regulação jurídico-comercial, quer a ligação à concreta prática empresarial.

Deliberadamente, é adotado um estilo conciso que privilegia as questões essenciais, motivado a dar a conhecer o que é fulcral em que cada uma das matérias abordadas. Espera-se, todavia, que cada leitor/a se sinta estimulado/a

a aprofundar conhecimentos e a alargar horizontes. Por isso, no fim de cada capítulo o/a leitor/a encontrará a lista da bibliografia citada, recomendações de leituras suplementares e a indicação de sítios na *internet* que podem constituir significativas fontes de informação e de aproximação às matérias tratadas no capítulo.

Acredito que os professores universitários não podem nem devem subtrair os estudantes à complexidade das matérias tratadas. O ensino universitário, em minha opinião, não pode sacrificar a busca do conhecimento no altar do simplismo. Mas deve honrar a palavra pedagogia e a missão do pedagogo. Que, como todos nós sabemos, é aquele que conduz os estudantes em direção ao saber.

Chãs de Semide, novembro de 2017

ÍNDICE

ABERTURA	5
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	7
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO AO DIREITO COMERCIAL	9
1. O que é o direito comercial?	9
1.1. Direito privado especial	9
1.2. O direito comercial português	11
2. Fontes do direito comercial	13
Bibliografia citada	20
Para saber mais	21
Para estudar melhor	23
CAPÍTULO II. ATOS DE COMÉRCIO	25
1. Atos de comércio	25
1.1. Caracterização geral	25
1.2. Principais classificações (legais e doutrinárias)	27
1.2.1. Atos objetivos de comércio e atos subjetivos de comércio	27
1.2.2. Atos formalmente comerciais e atos substancialmente comerciais	30
1.2.3. Atos bilateralmente comerciais e atos unilateralmente comerciais	31
1.3. Consequências jurídicas das classificações	31
2. Contratos comerciais	34
2.1. As cláusulas contratuais gerais e os contratos de adesão	34
2.2. Cláusulas típicas dos contratos internacionais	36
2.3. Compra e venda comercial	38
2.4. Contrato de agência	41
2.5. Contrato de seguro	44
2.6. Contratos bancários	48
2.6.1. Abertura de conta	49
2.6.2. Depósito bancário (de dinheiro)	50
2.6.3. Transferência bancária	51
2.6.4. Cartões bancários	52

3. Juros comerciais	53
4. Títulos de crédito	56
4.1. Caracterização geral: incorporação, literalidade, autonomia, circulabilidade	56
4.2. Funções dos títulos de crédito	58
4.3. Classificações dos títulos de crédito	58
4.4. Títulos de crédito, títulos executivos e valores mobiliários	59
4.5. Letra, livrança e cheque	60
4.6. Os negócios cambiários	62
5. Outros títulos de crédito	64
6. Atos não comerciais	66
Bibliografia citada	67
Para saber mais	69
Para estudar melhor	71
 CAPÍTULO III. OS COMERCIANTES	 73
1. Quem é comerciante?	73
1.1. O (escasso relevo) do estatuto de comerciante	73
1.2. Pessoas singulares comerciantes	74
1.3. Pessoas coletivas comerciantes	76
2. Os não comerciantes	77
3. Sujeitos a quem a lei impede a qualidade de comerciante	78
4. As obrigações dos comerciantes	80
4.1. Adoção de firma	80
4.2. Escrituração mercantil	84
4.3. Registo comercial	86
4.4. Dever de prestar contas	87
4.5. O dever de se apresentar à insolvência (remissão)	88
5. Responsabilidade por dívidas comerciais contraídas por cônjuge comerciante	88
6. A organização administrativa e profissional do comércio	90
6.1. Os objetivos da política comercial	90
6.2. O Governo	91
6.3. O Conselho Económico e Social	91
6.4. Os reguladores económicos	91
6.4.1. Autoridade da Concorrência e reguladores setoriais	92
6.4.2. Reguladores do setor financeiro	92
6.5. O regime de acesso ao comércio	93
6.6. Estruturas associativas representativas do comércio	94
7. Resolução de litígios comerciais	95
7.1. A competência dos tribunais de comércio	95
7.2. Julgados de paz	96
7.3. Arbitragem	98
7.3.1. Caracterização geral	98
7.3.2. Modalidades de arbitragem	99
7.3.3. Convenção de arbitragem e tribunal arbitral	101

Bibliografia citada	103
Para saber mais	104
Para estudar melhor	106
CAPÍTULO IV. EMPRESAS E EMPRESÁRIOS	109
1. A empresa na lei, na doutrina e na jurisprudência	109
1.1. Pluralidade de definições de empresa	109
1.2. Empresa em sentido subjetivo e empresa em sentido objetivo	112
1.3. Empresas comerciais e empresas não comerciais	113
1.4. O debate em torno dos elementos da empresa	114
2. Pequenas e médias empresas	116
2.1. A discriminação positiva das PME	116
2.2. Recomendação da Comissão de 6 de maio de 2003 relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas	117
2.3. Medidas de promoção das PME e normas sobre auxílios públicos	118
2.4. Certificação PME	118
3. Os sujeitos titulares de empresas	119
3.1. Empresas do setor público	119
3.2. Empresas do setor privado	121
3.3. Empresas do setor cooperativo e social	122
4. As (controvertidas) empresas sociais	122
4.1. Panorama europeu	122
4.2. O quadro legal português	124
5. Os empresários	125
6. Trespasse e locação de empresa	126
6.1. Trespasse	126
6.2. Locação de estabelecimento comercial	129
6.3. Âmbitos de entrega	130
7. Obrigação de não concorrência	133
7.1. Caracterização geral – os sentidos jurídicos de concorrência	133
7.2. Fundamento jurídico da obrigação de não concorrência	133
7.3. Locação de estabelecimento e obrigação (expressa) de não concorrência	135
7.4. Sanções para a violação da obrigação de não concorrência	135
8. A empresa em crise e a insolvência	136
8.1. Insolvência, recuperação de empresa, liquidação da empresa	136
8.2. Insolvência culposa e insolvência fortuita	139
Bibliografia citada	140
Para saber mais	142
Para estudar melhor	144
CAPÍTULO V. IDENTIDADE DA SOCIEDADE COMERCIAL	145
1. Noção de sociedade e de sociedade comercial	145
1.1. Noção geral de sociedade	145
1.2. Motivos para a constituição de uma sociedade	148

2. Algumas distinções relevantes	150
2.1. Sociedades abertas e sociedades fechadas	150
2.2. Sociedades de capital fixo e sociedades de capital variável (organismos de investimento coletivo sob forma societária)	152
2.3. Sociedades cotadas e sociedades não cotadas	153
2.4. Sociedade e empresa	154
2.5. Sociedades familiares e pequenas e médias empresas	155
2.6. Sociedades e <i>startup</i>	156
2.7. Sociedades e entidades públicas empresariais	156
2.8. Sociedade e cooperativa	157
2.9. Sociedade e consórcio	158
2.10. Sociedades, agrupamentos complementares de empresas e agrupamentos europeus de interesse económico	159
2.11. Sociedades e grupos de sociedades	161
3. Sociedades comerciais	162
3.1. Caraterização geral	162
3.2. Princípio da taxatividade dos tipos societários	163
3.3. Principais notas dos tipos legais societários	164
3.3.1. Responsabilidade dos sócios perante a sociedade e perante os credores da sociedade	164
3.3.2. Transmissão das participações sociais	166
3.3.3. Estrutura organizatória	167
3.3.4. Capital social	168
3.3.5. Número de sócios	168
4. Sociedade civil em forma comercial	169
5. Sociedade civil simples	170
Bibliografia citada	171
Para saber mais	173
Para estudar melhor	175
 CAPÍTULO VI. CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE COMERCIAL	 177
1. Empreendedorismo e constituição de sociedades	177
2. Os diversos atos constituintes de sociedades comerciais e civis em forma comercial	179
2.1. Contrato de sociedade	179
2.2. Negócio jurídico unilateral	179
2.3. Sentença homologatória de plano de insolvência	181
2.4. Constituição de sociedades com apelo a subscrição pública	181
2.5. Criação de sociedade através de ato legislativo	183
3. Confronto entre contrato de sociedade e acordo parassocial	183
4. Processos de constituição de sociedades	186
4.1. Variedade de processos de constituição de sociedades	186
4.2. Processo tradicional	187
4.2.1. Conteúdo do ato constituinte inicial	187

4.2.1.1. Identidade dos sócios	187
4.2.1.2. Tipo de sociedade	187
4.2.1.3. Firma da sociedade	188
4.2.1.4. Objeto social	189
4.2.1.5. Sede da sociedade	189
4.2.1.6. Capital social	190
4.2.1.7. Participação social	190
4.2.1.8. Cláusulas relativas às entradas dos sócios	191
4.2.1.9. Encerramento do exercício anual	192
4.2.1.10. Menções específicas	193
4.2.1.11. Outras menções	194
4.2.2. Forma do ato constituinte	194
4.2.3. Registo definitivo	195
4.2.4. Publicação obrigatória (sociedade por quotas, anónima e em comandita por ações)	196
5. Os regimes especiais de constituição de sociedades por quotas e anónimas	198
5.1. Regime especial de constituição imediata de sociedades por quotas e anónimas – a “empresa na hora”	198
5.2. Regime especial de constituição <i>online</i> de sociedades	200
6. Reestruturação empresarial e constituição de sociedades	201
6.1. A constituição de sociedade nova	201
6.2. Fusão por constituição de nova sociedade	202
6.3. Cisão e constituição de nova(s) sociedade(s)	203
6.4. Transformação extintiva	204
6.5. Partes na constituição de sociedade nova e número mínimo de sócios	204
6.6. Forma do ato constituinte da nova sociedade; registo	205
Bibliografia citada	207
Para saber mais	209
Para estudar melhor	211
 CAPÍTULO VII. PERSONALIDADE E CAPACIDADE JURÍDICA	 213
1. Personalidade jurídica	213
1.1. Sentido de personalidade jurídica	213
1.2. Efeitos da personalidade jurídica	217
2. Desconsideração da personalidade jurídica	218
2.1. Caracterização geral	218
2.2. Grupos de casos de imputação	219
2.3. Grupos de casos de responsabilidade	220
3. Capacidade de gozo de direitos	223
3.1. O princípio da especialidade do fim (lucrativo)	223
3.2. Liberalidades da sociedade	226
3.3. Prestação de garantias a dívidas de outras entidades	227
4. A capacidade de exercício de direitos – a representação da sociedade (remissão)	229
Bibliografia citada	230

Para saber mais	232
Para estudar melhor	234
CAPÍTULO VIII. PARTICIPAÇÃO SOCIAL	237
1. Noção de participação social	237
2. Partes sociais, quotas e ações	240
3. Modalidades de ações	242
3.1. Ações nominativas	242
3.2. Ações escriturais e ações tituladas	242
3.3. Ações ordinárias e ações especiais	243
4. Principais direitos do sócio	244
4.1. O direito a quinhão nos lucros	244
4.2. O direito a participar nas deliberações dos sócios (remissão)	249
4.3. O direito a obter informações sobre a vida da sociedade	250
4.4. O direito a ser designado para os órgãos de administração e de fiscalização da sociedade (remissão)	253
5. Obrigações do sócio	253
5.1. Obrigação de entrada	253
5.1.1. Noção	253
5.1.2. Entradas em indústria, em dinheiro e em bens diferentes de dinheiro	254
5.1.3. Tempo das entradas	257
5.1.4. Garantias de cumprimento da obrigação de entrada	260
5.2. Participação nas perdas	261
Bibliografia citada	264
Para saber mais	266
Para estudar melhor	268
CAPÍTULO IX. FINANCIAMENTO DA SOCIEDADE	269
1. Diversidade das fontes de financiamento da sociedade	269
2. Noções de capital social	270
2.1. Capital social – uma figura contestada	270
2.2. Capital social nominal	271
2.3. Capital social real	273
2.4. Capital social e património social	274
3. Capital social e investimento colaborativo (<i>crowdfunding</i>)	274
4. Fixação legal de capital social mínimo	275
4.1. Sociedades anónimas e em comandita por ações	275
4.2. Capital social livre nas sociedades por quotas – manutenção capital social mínimo, eliminação do “custo de contexto”	277
5. Função de financiamento e outras funções do capital social	278
5.1. Função de financiamento da sociedade	278
5.2. Função de organização	280
5.3. Função de garantia dos credores da sociedade	281
5.4. Função de avaliação económica da sociedade	282

6. Aumentos de capital social	282
6.1. Noção e competência para o aumento do capital social	282
6.2. Modalidades de aumento do capital social	283
6.3. Ações sem valor nominal e financiamento da sociedade	284
7. Prestações suplementares, suprimentos e obrigações acessórias	285
7.1. Generalidades	285
7.2. Contrato de suprimento	286
7.3. Prestações suplementares	288
7.4. Obrigação de prestações acessórias	289
8. As reservas	290
8.1. Noção e modalidades de reservas	290
8.2. Reserva legal	291
8.3. Reserva estatutária	293
8.4. Reserva livre	293
8.5. Reserva oculta	293
9. Outros recursos de financiamento	293
9.1. As obrigações	294
9.2. <i>CoCos</i>	295
9.3. <i>Cash pooling</i>	295
9.4. Capital de risco e <i>business angels</i>	296
10. <i>Debt governance</i>	297
Bibliografia citada	299
Para saber mais	301
Para estudar melhor	303
 CAPÍTULO X. GOVERNAÇÃO DAS SOCIEDADES	 305
1. Governança das sociedades – sentido jurídico e principais problemas	305
2. Estrutura organizatória – sociedades em nome coletivo e sociedades por quotas	307
2.1. Generalidades	307
2.2. Coletividade dos sócios ou assembleia geral	309
2.3. Gerência	310
2.4. Fiscalização da sociedade	314
3. Estrutura organizatória – sociedade anónima	316
3.1. Generalidades	316
3.2. Administrador – pluralidade de sentidos	318
3.2.1. Administradores de direito e administradores de facto	318
3.2.2. Administradores executivos e não executivos	319
3.2.3. Administrador independente	320
3.3. Composição do conselho de administração e do conselho de administração executivo	320
3.4. Administração e representação da sociedade anónima	323
3.5. Duração do mandato e remuneração dos administradores	324
3.6. Cessação de funções de administrador	325
3.7. A fiscalização da sociedade anónima	326

3.7.1. Generalidades	326
3.7.2. Fiscal único e conselho fiscal	327
3.7.3. Comissão de auditoria e revisor oficial de contas	329
3.7.4. Conselho geral e de supervisão e revisor oficial de contas	330
4. Sociedade em comandita simples e sociedade em comandita por ações	331
5. Secretário da sociedade	332
6. <i>Compliance</i>	333
7. Os deveres de cuidado e de lealdade dos administradores	335
8. Responsabilidade civil dos administradores	337
8.1. Generalidades	337
8.2. Responsabilidade civil para com a sociedade	339
8.3. Responsabilidade civil para com os credores sociais	339
8.4. Responsabilidade civil para com sócios e terceiros	341
8.5. Tribunal competente	342
9. A proteção dos administradores – <i>business judgement rule</i> , reembolso societário e <i>D&O Insurance</i>	343
Bibliografia citada	346
Para saber mais	348
Para estudar melhor	350
 CAPÍTULO XI. DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS	 351
1. Noção de deliberação	351
2. Formas de deliberação	352
2.1. Generalidades	352
2.2. Deliberações unânimes por escrito	354
2.3. Deliberações tomadas em assembleia geral universal	354
2.4. Deliberações por voto escrito	356
2.5. Deliberações tomadas em assembleia geral convocada – sociedade em nome coletivo	357
2.6. Deliberações tomadas em assembleia geral convocada – sociedade por quotas	358
2.7. Deliberações tomadas em assembleia geral convocada – sociedade anónima	360
2.7.1. Convocatória	360
2.7.2. Participação na assembleia geral	363
2.7.3. Quórum constitutivo	366
2.8. Deliberações tomadas em assembleia geral convocada – sociedades em comandita simples e em comandita por ações	367
3. O voto e a votação	367
3.1. Critérios de atribuição de votos	367
3.2. Formas de voto	368
3.3. Quórum deliberativo	369
4. Competência deliberativa dos sócios	370
4.1. Sociedade em nome coletivo	370
4.2. Sociedade por quotas	370

4.3. Sociedade anónima	370
5. Deliberações ineficazes e inválidas	372
5.1. Deliberações ineficazes	372
5.2. Deliberações inválidas	373
5.2.1. Generalidades	373
5.2.2. Deliberações nulas por vício de conteúdo e de procedimento	373
5.2.3. Deliberações anuláveis	376
6. Deliberações nulas e deliberação anuláveis – diferenças de regime jurídico	377
Bibliografia citada	380
Para saber mais	382
Para estudar melhor	384
 CAPÍTULO XII. SOCIEDADES COLIGADAS	 387
1. Tipicidade das sociedades coligadas	387
2. Sociedades <i>holding</i>	389
3. Sociedades em relação de simples participação	390
4. Sociedades em relação de participações recíprocas	391
5. Sociedades em relação de domínio	394
5.1. Definição de relação de domínio	394
5.2. Presunções de domínio	394
5.3. Instrumentos de influência dominante	395
5.4. Consequências jurídicas	395
6. Sociedades em relação de grupo	398
6.1. Diversidade de fontes de relações de grupo	398
6.2. Grupos constituídos por contrato de grupo paritário	399
6.3. Grupos constituídos por contrato de subordinação	400
6.4. Grupos constituídos por domínio total	401
7. Efeitos do contrato de subordinação	403
7.1. Generalidades	403
7.2. Poder de direção da sociedade diretora e da sociedade dominante	403
7.3. Responsabilidade da sociedade diretora para com os credores da sociedade subordinada	406
7.4. Responsabilidade da sociedade dominante por perdas da sociedade dominada	407
7.5. Deveres e responsabilidades dos administradores	407
Bibliografia citada	410
Para saber mais	412
Para estudar melhor	413
 CAPÍTULO XIII. DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE	 415
1. Dissolução da sociedade	415
1.1. Generalidades	415
1.2. Dissolução imediata da sociedade	418
1.3. Causas de dissolução administrativa ou por deliberação dos sócios	420

1.4. Causas de dissolução administrativa oficiosa	424
1.5. Forma e registo da dissolução	426
2. Regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e de liquidação de entidades comerciais	426
3. Liquidação da sociedade	428
3.1. Noção de liquidação	428
3.2. Modalidades de liquidação	429
3.3. Liquidatários	430
3.4. A partilha do ativo restante e entrega dos bens partilhados	433
3.5. Encerramento da liquidação e extinção da sociedade	434
3.6. Passivo superveniente	434
Bibliografia citada	436
Para saber mais	437
Para estudar melhor	438